NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Abr

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1714| 2017

GDF é condenado por jornada excessiva de vigilantes terceirizados

De acordo com a Justiça, governo local não fiscalizou o serviço e economizou à custa da saúde do trabalhador

A Justiça condenou o Governo do Distrito Federal e a Multiserv Segurança e Vigilância Patrimonial a pagarem, solidariamente, R$ 500 mil a título de dano moral coletivo por descumprimento da legislação trabalhista na contratação de vigilantes. Além disso, o Executivo local terá de desembolsar R$ 200 mil por não fiscalizar corretamente o contrato com a prestadora de serviço. O Palácio do Buriti apresentou recursos à decisão.

Segundo a juíza Patrícia Birchal Becattini, da 4ª Vara do Trabalho de Brasília, "apesar da crise financeira por que passa o GDF, não se faz possível economia com redução de mão

de obra contratada em prejuízo da saúde do trabalhador".

A indenização é resultado de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público do Trabalho no DF (MPT), representado pela procuradora Marici Coelho de Barros Perreira. Ela denunciou o descumprimento da legislação trabalhista – ausência de intervalo intrajornada dos vigilantes – por três anos consecutivos. Segundo a acusação, os funcionários trabalhavam 12 horas seguidas sem sair do posto sequer para se alimentar.

De acordo com a juíza, "para o GDF reduzir seus custos e a empresa contratada manter sua margem de lucro, foi o trabalhador quem ficou sem intervalo intrajornada e sem o respectivo pagamento na forma do parágrafo 4º do artigo 71 da CLT por três anos, até que fosse feita a denúncia e o MPT atuasse através de inquérito civil e ajuizamento da presente ação civil pública".

"Consta na peça que " instado a se manifestar quando no âmbito do inquérito civil, o GDF apresentou ofício, onde simplesmente 'lava as mãos', dizendo que cabe à empresa a organização interna para concessão do intervalo, mesmo ciente que a maioria dos seus postos conta com apenas um vigilante".

Após o ajuizamento da ação, a empresa informou que adotou medidas para solucionar o problema, como a contratação de folguistas para cobrir os intervalos; remanejamento de pessoal; implementação de rodízio, além de pagamento de indenização pelas horas trabalhadas a mais.

A magistrada destacou, contudo, que "ocorreu dano moral coletivo perpetrado pelas rés de 2011 a 2013, envolvendo pelo menos 208 empregados. O contrato do GDF com a terceirizada era de R$ 29 milhões por ano, referente ao trabalho de cerca de 800 profissionais".

Multa revertida

No caso do valor da multa referente à não fiscalização dos serviços prestados pelo GDF, a quantia deve ser aplicada na concessão de cursos de aperfeiçoamento a servidores públicos para o acompanhamento correto dos contratos. Eventual crédito deve ser destinado à aquisição de computadores para que os executores de contratos tenham como fiscalizar de maneira mais eficiente.

Já a multa cobrada a título de indenização coletiva deve ser revertida para a instalação de cofres para guarda dos armamentos nos postos, bem como para melhoria das salas de descanso destinadas aos vigilantes e demais terceirizados.

Segundo o Sindicato dos Vigilantes, outras empresas contratadas pelo GDF descumprem a legislação trabalhista e são alvo de ações semelhantes. "Vivemos uma fase muito difícil para conseguir emprego. Então, os vigilantes acabam se submetendo a essas condições para não ficarem desempregados", destaca Gilmar Rodrigues.

O outro lado

Procurada pelo Metrópoles, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) esclareceu que a decisão da Justiça Trabalhista não é definitiva e se refere a contrato de prestação de serviços com vigência de 1º/1/2011 a 31/12/2011.

"Em março deste ano, o DF apresentou embargos de declaração para esclarecer alguns pontos da decisão e, após o julgamento deles, irá definir se recorrerá ou não."

Fonte: metropoles

Assembleia dos Vigilantes do DF será nesta quinta (6)

Hoje, quinta-feira (6), o Sindicato dos Vigilantes realizará nova assembleia com a categoria, já que a última, realizada em 30 de março, terminou sem acordo sobre a data-base para 2017.

O ponto sem consenso é a implantação da modalidade de horista, reivindicada pelas empresas de segurança e repudiada pelos trabalhadores.

O processo de negociação está sendo intermediado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e como não houve consenso entre as partes, o procurador do Trabalho, responsável pela negociação, pediu aos representantes do sindicato mais uma semana de prazo, antes da deflagração de uma greve. O esperado é que o sindicato patronal recue da proposta.

Nos demais pontos, houve consenso entre empregador e empregados, como o reajuste de 6,58% em cima do salário e do ticket de refeição, a manutenção de todas as cláusulas da convenção coletiva de 2016 e a manutenção do plano de saúde dos trabalhadores.

O presidente do Sindesv-DF, Paulo Quadros, destacou que a categoria não vai recuar com relação à implantação do vigilante horista. "O reajuste de 6,58% está de acordo com o que outras categorias tiveram, mas não vamos permitir que os patrões implantem a figura do horista aqui no DF. Em todos os estados que tem esta modalidade de trabalhador, houve desemprego", diz Quadros.

Fonte: CUT Brasília

Hospital do Servidor Municipal SP – Irregularidades com empresas de diagnóstico por imagem,vigilância e limpeza

Controladoria identifica rombo de R$ 14,5 milhões nas contas do Hospital do Servidor Municipal de SP
Irregularidades foram identificadas em três auditorias com empresas de diagnóstico por imagem, vigilância e limpeza.

O prejuízo aos cofres públicos municipais chega a R$ 14,5 milhões com as irregularidades nas contas do Hospital do Servidor Público Municipal, na Aclimação, na Zona Sul de São Paulo. A Controladoria Geral do Município descobriu o desvio após realizar três auditorias no fim do ano passado.

Uma auditoria descobriu um superfaturamento no preço do contrato firmado para exames de diagnósticos. O prejuízo foi de R$ 10,69 milhões em um contrato de 2013 realizado sem licitação. Agora, irregularidades foram encontradas nos serviços de vigilância e limpeza.

As auditorias, realizadas entre agosto e outubro do ano passado, encontraram irregularidades no contrato de segurança com a empresa Centurion. Os técnicos que analisaram as irregularidades entenderam que houve sobrepreço em itens de vigilância eletrônica gerando um prejuízo de R$ 565 mil.

O levantamento mostrou que o sistema de câmeras de segurança foi instalado com 49 dias de atraso e que o serviço foi cobrado nesse período. O valor pago foi cerca de R$ 75.600.

Somadas todas as irregularidades encontradas no contrato de segurança patrimonial e vigilância eletrônica, o hospital pagou R$ 3,5 milhões.

O contrato de limpeza, que também passou por auditoria, foi firmado com a empresa Califórnia. E, de acordo com a auditoria, o valor pago indevidamente foi de R$ 237 mil por serviços de limpeza em áreas desativadas do hospital.

"No conjunto da obra o que tudo indica, o que nos parece, é que tenha havido uma falha na fiscalização desses contratos. A gente não pode afirmar que tem algum agente envolvido, que realmente houve, mas é por isso que nós estamos encaminhando todos eles para Corregedoria pra que se possa chegar a uma conclusão segura do que aconteceu", afirmou Laura Mendes de Barros, Controladora do Município.

Em nota, a Centurion Segurança e Vigilância disse que nunca cobrou valores além dos previstos em contrato e que o atraso na instalação das câmeras foi motivado pelas más condições de conservação do prédio. O contrato firmado entre o hospital e a Centurion venceu no mês de março e não foi renovado.

Já a empresa Califórnia, responsável pela limpeza, disse que prestou os serviços conforme o contrato e que vai adotar as medidas cabíveis pra defender seus interesses.

A Fundação Idi, que realiza os exames, repudiou os parâmetros usados na comparação de valores, que considerou sem base técnica ou científica. A Fundação disse que cada contrato de prestação de serviço firmado tem sua especificidade e está adequado à realidade do contratante e que o prazo pra se defender na controladoria termina nos próximos dias.

A Secretaria Municipal de Saúde informou que a atual gestão do Hospital do Servidor Municipal já está adotando as providências recomendadas pela controladoria geral do município.

Fonte: g1

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF